

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 897677 - RS (2016/0088320-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : L U B
ADVOGADOS : LUIZ CARLOS ALVIM OLIVEIRA - RS028276
LUCI URBANO BAZILA - RS037299
EDEGAR GARCIA TORRES - RS030377
AGRAVADO : N B
ADVOGADOS : KATIA MANDELLI BAUER - RS021560B
RAQUEL DESSBESELL BOHRER - RS070332

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DIVÓRCIO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. 1. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS COMO VIOLADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. 2. ALEGAÇÃO DE ALTERAÇÃO NO COMANDO SENTENCIAL, DA PARTILHA DOS BENS E DAS DÍVIDAS, DA INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA E DA CONDENAÇÃO DA PARTE AGRAVADA AO PAGAMENTO DE DANOS MORAIS. REVISÃO OBSTADA PELA SÚMULA 7/STJ. 3. AGRADO IMPROVIDO.

1. Embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria controvertida foi devidamente enfrentada pelo Colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, com enfoque suficiente a autorizar o conhecimento do recurso especial, não havendo falar em ofensa ao art. 535 do CPC/1973.

1.1. Inadmissível o recurso especial referente à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo* (enunciado n. 211 da Súmula do STJ). Ademais, não há contradição em afastar a alegada violação do art. 535 do CPC/1973 e, ao mesmo tempo, não conhecer do recurso por ausência de prequestionamento, desde que o acórdão recorrido esteja adequadamente fundamentado.

2. A modificação do entendimento consignado pelo TJRS (acerca da alegação de alteração no comando sentencial; da partilha dos bens e das dívidas contraídas antes da dissolução; da incidência de juros e correção monetária; bem como da caracterização de comportamento passível de indenização por dano moral) demandaria necessariamente o revolvimento do conjunto fático-probatório do feito, o que não se admite nesta instância extraordinária, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator